

**FORA DA
ESCOLA
NÃO PODE!**

Cada criança e adolescente
tem o direito de aprender

**Busca Ativa Escolar
no Ensino Médio e os
programas de transferência de renda**

**Busca Ativa Escolar
no Ensino Médio e os programas
de transferência de renda**



EXPEDIENTE

INICIATIVA

Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)
União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime)

PARCEIROS ESTRATÉGICOS

Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas)
Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems)

COORDENAÇÃO E REVISÃO TÉCNICA

Daniella Rocha Magalhães

Danielle Aranha Farias

Júlia Ribeiro

Redação e edição: Sílvia Amélia de Araújo

Diagramação: Virgínia Soares

Foto da capa: ©UNICEF/BRZ/Manoel Alvares

BUSCA ATIVA ESCOLAR

Busca Ativa Escolar no Ensino Médio e os programas de transferência de renda

Parceiros estratégicos



Iniciativa



Brasília, 2025



SUMÁRIO

6 APRESENTAÇÃO

8 CAPÍTULO 1 · PANORAMA DOS DESAFIOS DO ENSINO MÉDIO

10 Atraso, abandono e evasão em números

11 Perfil de quem abandona a escola

14 CAPÍTULO 2 · RELAÇÃO TRABALHO E ESCOLA NO ENSINO MÉDIO

18 CAPÍTULO 3 · BUSCA ATIVA ESCOLAR

20 CAPÍTULO 4 · PÉ-DE-MEIA

22 CAPÍTULO 5 · A BUSCA ATIVA ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO

22 Parceria entre estados e municípios

23 Bolsa Família, Pé-de-Meia e programas estaduais

23 Programas estaduais de transferência de renda

26 Diferenças e semelhanças entre o Pé-de-Meia e o Bolsa família

27 Articulação entre os programas

28 Em cada local, uma forma diferente de funcionar

29 Recomendações gerais

37 CAPÍTULO 6 · INTEGRAÇÃO E FORTALECIMENTO MÚTUO

40 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APRESENTAÇÃO

Olá! A infrequência, o abandono e a exclusão escolar são problemas com causas multifatoriais. No ensino médio, um dos motivos preponderantes para esses fenômenos é o trabalho. Segundo a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios Contínua (Pnad Contínua/IBGE, 2024), a principal justificativa para não frequentar a escola, entre adolescentes e jovens de 14 a 29 anos que não estão na escola e não concluíram a educação básica, foi de que “precisa trabalhar”.

Entre os mais pobres, por volta dos 15 anos – idade que os(as) adolescentes entram no ensino médio – caso não estejam em situação de atraso, cresce a necessidade de ajudar na subsistência da família, assim como a pressão para ganhar seu próprio dinheiro e ter um lugar social valorizado pelo consumo simbólico ou de bens (comprar um tênis, sair com os amigos e ir a um show, por exemplo).

Mas o cansaço do trabalho pode fazer com que não renda mais nas aulas. E se estiver passando por outras situações de violações de direitos ou violências, pode enfrentar dificuldades para frequentar a escola e se concentrar. O desafio de conciliar estudos e trabalho frequentemente leva adolescentes e jovens para fora da escola e para dentro de um mercado de trabalho, muitas vezes ilegal, irregular e/ou precário.

A Busca Ativa Escolar (BAE) apoia justamente nessas situações, ao orientar profissionais e escolas a identificar meninas e meninos em risco de abandono e/ou exclusão escolar, emitindo um alerta para que possam ser cuidados(as). Ao serem inseridos(as) no fluxo da estratégia, sua situação pessoal, familiar e comunitária é registrada e diversas violações de direitos podem ser identificadas. Muitas dessas violações podem não caber à escola resolver de forma direta, mas é papel da educação encaminhar o caso para os órgãos, secretarias e instituições com competência para agir, conforme orienta a metodologia. Por isso a intersetorialidade é uma das premissas importantes para a implementação da BAE.

As respostas para essas situações precisam ser múltiplas, envolvendo as áreas de educação, proteção, trabalho, dentre outras. Os programas de transferência de renda, seja para a família, seja direto para estudantes, tem se configurado como uma das alternativas para responder a parte dos fenômenos da infrequência e do abandono escolar. Mas precisam vir acompanhados de garantia mais amplas de direitos, capazes de proteger crianças, adolescentes e jovens e possibilitar sua permanência na escola, aprendendo.

Essa publicação tem o objetivo de explorar as sinergias entre a Busca Ativa Escolar e os programas de transferência de renda, apoiando as equipes estaduais da estratégia para que fortaleçam suas políticas de acesso, de permanência e de aprendizado na escola.

A primeira parte do guia contextualiza como os fenômenos do abandono e da exclusão escolar atingem adolescentes e jovens, sobretudo, como os motivos relacionados ao trabalho desafiam a permanência na escola.

A segunda parte apresenta como a metodologia e a plataforma da Busca Ativa Escolar podem ser alinhadas aos programas federais e/ou estaduais de transferência de renda, em especial no ensino médio, haja vista as diversas aproximações entre eles. Essa parte conta, ainda, com experiências de estados adesos à BAE e que já vem concretizando esse alinhamento com êxito.

Esperamos que esse guia possa orientar as ações das secretarias estaduais de educação que fazem parte da Busca Ativa Escolar, fortalecendo as políticas de enfrentamento do abandono e da exclusão escolar e garantindo direitos integrais para crianças, adolescentes e jovens.

Boa leitura!

UNICEF



CAPÍTULO 1

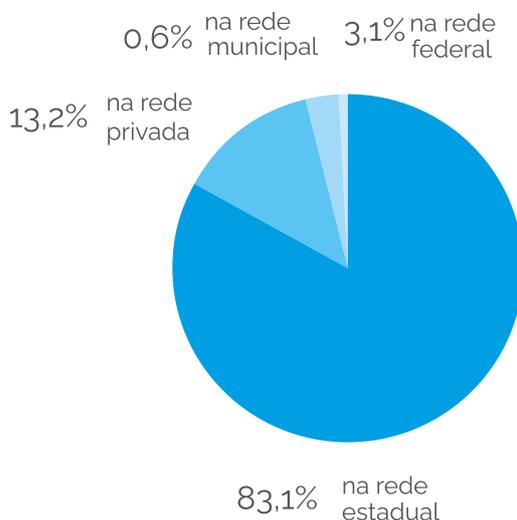
PANORAMA DOS DESAFIOS DO ENSINO MÉDIO

O ensino médio, última etapa da educação básica brasileira, é oferecido preferencialmente pelas redes estaduais. Segundo o Censo Escolar de 2024, 83,1% dos (das) estudantes que estão no ensino médio estudam em uma escola estadual. Esse percentual representa 6,5 milhões de alunos(as).

As redes estaduais de educação, portanto, precisam lidar com esse desafio preocupante que é o abandono da escola antes da conclusão dos estudos. São 8,7 milhões de adolescentes e jovens de 14 a 29 anos que não estavam na escola, em 2024, e não concluíram a educação básica, de acordo com a Pnad Contínua/IBGE.

ONDE ESTÃO OS(AS) ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO

Aproximadamente 7,8 milhões de estudantes estavam matriculados no ensino médio em 2024. Esse total estava dividido em:



Fonte: Censo Escolar 2024

Enquanto o ensino fundamental está bem próximo da universalização do acesso – em 2016 já era de 99,2% e em 2024 chegou a 99,5% (mesmo próximo, é preciso garantir o direito à educação para aqueles ainda fora da

escola); no ensino médio, garantir o ingresso e a permanência dos(das) adolescentes ainda é um desafio para escolas e redes de educação.

As questões exteriores à escola, somadas às consecutivas reprovações, que resultam na distorção idade-série vão afastando cada vez mais os(as) estudantes das salas de aula, podendo aumentar a sensação de que continuar estudando seria "perda de tempo".

Por fim, a desconexão com o próprio modelo escolar, distante de seus interesses e necessidades e a falta de apoio e orientações para o desenvolvimento de projeto de vida, tanto pessoal quanto profissional, e planejamento de um presente e futuro de possibilidades, que considere a conclusão dos estudos, também fazem com que alguns(algumas) estudantes não vejam mais sentido em continuar na escola.

Atraso, abandono e evasão em números

De todos os(as) adolescentes de 15 a 17 anos no país, 93,4% efetivamente estavam na escola, em qualquer etapa de ensino, em 2024. Mas apenas 76,7% dessa faixa etária frequentava ou tinha concluído o ensino médio, a etapa esperada para a idade (Pnad Contínua/IBGE, 2024).

CONCEITOS IMPORTANTES

Abandono escolar: quando um(a) estudante deixa de frequentar a escola durante o ano letivo.

Evasão escolar: quando um(a) estudante não se rematricula no início do ano letivo. Pode ou não acontecer após abandono ou repetência.

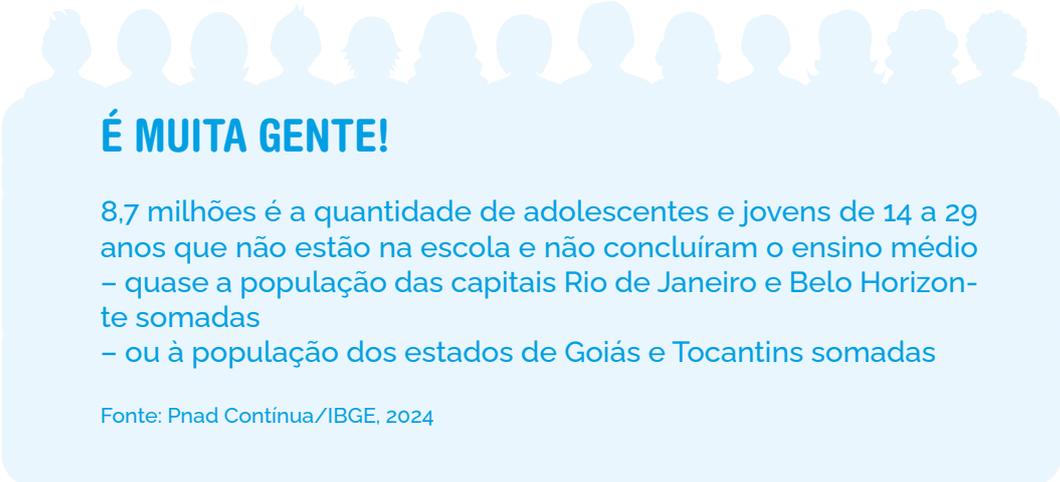
Atraso escolar: quando um(a) estudante cursa um ano escolar tendo idade superior à prevista para aquele ano. Acontece devido à repetência, abandono, evasão ou ao início tardio na escolarização.

Distorção idade-série: proporção de estudantes com dois anos ou mais de atraso em relação à idade esperada para o ano escolar em que estão matriculados.

Exclusão escolar: não participação de crianças e adolescentes no processo educacional, seja por abandono e evasão ou por falta de acesso.

Na diferença entre esses dois dados estatísticos estão 16,7% – dos(as) adolescentes entre 15 e 17 anos – que ficaram para trás e ainda cursam o ensino fundamental. O atraso escolar é consequência de terem enfrentado, em suas trajetórias escolares, a reprovação e/ou a experiência de evasão e retorno à sala de aula.

Uma diferença ainda mais preocupante está entre esses 93,4% que estavam na escola, em 2024, e a totalidade dos(as) adolescentes com idade entre 15 e 17 anos. Entre esses 6,6% que não estavam na escola, em raros casos o motivo foi já terem concluído o ensino médio – a quase totalidade deles deixou a escola em algum momento de sua trajetória antes da conclusão da educação básica.



É MUITA GENTE!

8,7 milhões é a quantidade de adolescentes e jovens de 14 a 29 anos que não estão na escola e não concluíram o ensino médio – quase a população das capitais Rio de Janeiro e Belo Horizonte somadas – ou à população dos estados de Goiás e Tocantins somadas

Fonte: Pnad Contínua/IBGE, 2024

Perfil de quem abandona a escola

Entre aqueles(as) que deixam a escola sem concluir os estudos temos mais homens do que mulheres e mais negros do que brancos. Segundo a publicação do UNICEF “Busca Ativa Escolar e o trabalho em rede”, de 2022, em termos proporcionais as populações mais afetadas em relação ao abandono escolar são os moradores de zona rural, de comunidades indígenas ou quilombolas ou aqueles que têm alguma deficiência.

A pobreza é um dos principais fatores relacionados à exclusão e atraso escolar. Ela tem múltiplas dimensões, além da monetária. O estudo do UNICEF “Pobreza multidimensional na infância e na adolescência”, baseado em dados anuais da Pnad Contínua de 2016 a 2022, avaliou o acesso de crianças e adolescentes a seis direitos básicos: renda, educação, informação, água, saneamento e moradia. Na educação, mais de 4 milhões de meninas e meninos estavam fora da escola ou estavam na escola em atraso escolar ou tinham mais do que 7 anos e ainda não estavam alfabetizadas.

15 ANOS: MOMENTO DE MUITA ATENÇÃO

A partir dos 15 anos deve aumentar a atenção sobre os riscos de abandono escolar. Entre os(as) adolescentes que abandonam a escola, 6,8% fazem isso aos 14 anos. Esse percentual quase duplica aos 15 anos de idade, em que 12,6% param de estudar. O percentual continua a aumentar ano a ano até os 18, momento em que chega a 20,7%. (Pnad Contínua/IBGE, 2024).

Quando não há atrasos na escolarização, 15 anos é a idade esperada de conclusão do ensino fundamental e ingresso no ensino médio. Mas é preciso atenção especial aos(as) adolescentes de 15 anos que não estão ainda no ensino médio, pois podem ter tido um histórico de reprovações, evasão e distorção idade-série. Portanto, mais propensos a abandonar os estudos.

Uma questão de gênero

Os motivos para terem deixado a escola sem completar a educação básica são diferentes entre homens e mulheres segundo a Pnad Contínua/IBGE, 2024. A "necessidade de trabalhar" foi apontada por 53,6% dos homens, seguido de "não ter interesse por estudar" (26,9%).

Já para as mulheres, embora a "necessidade de trabalhar" também seja o principal motivo, o percentual das que deram essa resposta foi de 25,1%, menos da metade do que o percentual dos homens. Em segundo lugar, para as mulheres, veio "gravidez" (23,4%), seguido por "não ter interesse em estudar" (22,5%). Realizar atividades domésticas e cuidar de pessoas foi o motivo apontado por 9% das mulheres (enquanto para os homens o percentual dos que apontaram esse motivo foi de apenas 0,8%).

Negros

A raça impacta ainda mais do que o gênero na presença na escola, no ensino médio, de pessoas entre 15 e 17 anos. Segundo a Pnad Contínua/IBGE, 2024, entre brancos, 81,8% nessa faixa etária estão no ensino médio, enquanto somente 73,6% de pretos e pardos – uma diferença expressiva de mais de 8 pontos percentuais entre os dois grupos.

Deficiência

Em 2022, segundo a Pnad Contínua/IBGE, o Brasil tinha 1,7 milhão de jovens com deficiência entre 15 e 29 anos. Dentre eles, 35,5% (600 mil) estavam

fora da escola sem concluir a educação básica. Já para os sem deficiência esse percentual era muito inferior, de 19,3%.

A situação é mais grave entre os jovens com deficiência do sexo masculino (40,8% estão fora da escola), negros (37,7%), da região Nordeste (38,8%) e, especialmente, para os(as) jovens com deficiência moradores de áreas rurais (50,5%). Ou seja, a cada dois jovens com deficiência que moram no meio rural, um não está na escola e não concluiu a educação básica.



CAPÍTULO 2

RELAÇÃO TRABALHO E ESCOLA NO ENSINO MÉDIO

O trabalho é apontado como o motivo principal desses(as) adolescentes e jovens terem a intenção de voltar a estudar, assim como também foi o motivo principal para, anos antes, terem abandonado a escola. Segundo a Pnad Contínua/IBGE, de 2024, quando perguntados(as) porque abandonaram ou nunca frequentaram a escola, a maioria (42%) dos(das) adolescentes e jovens entre 14 e 29 respondeu a "necessidade de trabalhar".

Já a pesquisa "Juventudes fora da escola" realizada por Fundação Roberto Marinho, Fundação Itaú e Itaú Educação e Trabalho, em 2024, mostrou que 52% daqueles(as) que querem voltar a estudar e concluir os estudos tem uma motivação diretamente relacionada com emprego e renda, sendo que 37% mencionou querer "ter um emprego melhor" e 15% respondeu "arrumar um emprego".

Após abandonarem a escola para trabalhar, esses(as) adolescentes e jovens se veem condenados a seguir em empregos mal remunerados na vida adulta devido à própria escolaridade incompleta, que também aumenta as chances de desemprego. Por isso, muitas vezes se arrependem de terem deixado a escola, mesmo quando tiveram fortes motivos para tal.

Prejuízos do abandono escolar

Um estudo realizado, em 2021, pelo Insper (Instituto de Educação e Pesquisa), estimou uma perda pessoal, para quem não conclui o ensino médio, de R\$290 mil ao longo da vida, considerando a menor longevidade, qualidade de vida e produtividade. Já o prejuízo para a sociedade brasileira por jovem que não conclui a educação básica é estimado em R\$395 mil. Somando os(as) jovens nessa condição, a perda acumulada seria de R\$220 bilhões ao ano (3,3% do PIB).

Falta, falta... abandona e evade

Em geral um(a) estudante não abandona a escola de uma hora para outra. Antes começa a faltar dias seguidos ou alternados, e na sequência passa a aparecer de vez em quando. O rendimento no aprendizado e nas avaliações vai ficando cada vez mais baixo. Provavelmente ele(a) tem mais idade

do que os colegas de turma, devido a um possível histórico de reprovação e evasão.

“Um adolescente para de frequentar a escola e a gente vai ver a justificativa dele é 'não tem interesse em estudar'. Avaliamos mais de perto e descobrimos que tem uma questão de saúde mental envolvida. Depois notamos que essa questão está relacionada com violência intrafamiliar sofrida pelo adolescente. E a violência acaba por fazer com que ele saia de casa e agora tenha que trabalhar para se virar sozinho... Olha quanta intervenção é necessária!”, comenta Jurema Telles, coordenadora operacional da Busca Ativa Escolar no estado da Bahia.

Uma situação como a exemplificada acima demanda ações de diversas secretarias participantes da Busca Ativa Escolar como assistência social e saúde, além do sistema de justiça e proteção (Conselho Tutelar, Ministério Público, Polícia). Somente por meio da proteção integral desse(a) estudante será possível mantê-lo(a) na escola, aprendendo.

Nuances da “falta de interesse em estudar”

A Busca Ativa Escolar atua em todos os casos de crianças e adolescentes fora da escola ou em risco de abandoná-la, inclusive daqueles(as) que respondem que não querem estudar. A falta de interesse em estudar pode ter relação com a escola, como um currículo pouco conectado com os interesses e as necessidades dos(as) estudantes, racismo, *bullying*, preconceito etc. Mas também pode esconder uma série de outras violências e violações de direitos, como trabalho infantil, violência familiar, doméstica, sexual, dentre outros.

Assim, tanto as violências podem impactar na condição de estar na escola, como estar fora da sala de aula pode fragilizar ainda mais meninas e meninos, levando a vivenciarem mais violências. A escola é um fator de proteção fundamental, para além de espaço de aprendizagem. É preciso reconhecê-la como um equipamento público importante da rede de proteção de direitos.



TRATORISTA QUALIFICADO

A ex-coordenadora da Busca Ativa Escolar no Tocantins, Janeide Costa, lembra um caso que a marcou de um adolescente que quase evadiu por falta de interesse em estudar. "Ele me disse que estava aprendendo a dirigir trator com um tio, e como ele já estava decidido a ser tratorista, não tinha porque continuar estudando. Conversei com esse menino e falei, 'já reparou como os tratores e as máquinas agrícolas estão cada vez mais evoluídas? Hoje para ser tratorista você pode não precisar de estudos, mas logo mais, no futuro, não vai ser assim. Alguns desses tratores mais modernos tem manual só em inglês! Que tratorista você quer ser, um que pilota até os tratores mais tecnológicos e que dá cursos de como pilotar ou um tratorista limitado a um modelo mais antigo de trator?' Ele se convenceu, e voltou a frequentar a escola!", conta com entusiasmo.



CAPÍTULO 3

BUSCA ATIVA ESCOLAR

A Busca Ativa Escolar (BAE) é uma estratégia composta por uma metodologia social e uma plataforma tecnológica gratuitas, desenvolvida pelo UNICEF e pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Unidime), com o apoio estratégico do Colegiado Nacional de Gestores Municipais da Assistência Social (Congemas) e do Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems). Ela apoia governos para uma ação intersetorial no enfrentamento do abandono e da exclusão escolar.

Desde 2017, quando foi lançada, já contou com a adesão de mais de 3,500 municípios de diversas regiões do país e 21 estados¹, por meio das secretarias estaduais de educação. Ao longo desses anos, mais de 560 mil casos de meninas e meninos fora da escola ou em risco de abandoná-la foram identificados e atendidos e, desses, mais de 300 mil foram (re)matriculados em unidades de ensino.

A metodologia permite investigar os motivos que levaram crianças e adolescentes ao abandono ou evasão, providenciar seu atendimento pelos serviços públicos, como da assistência social e da saúde, (re)matriculá-los e garantir sua permanência na escola. Já a plataforma apoia o registro dos dados e a gestão dos casos, reunindo informações importantes para a tomada de decisões, pelas gestões públicas, baseadas em evidências.

Os estados e municípios que ainda não aderiram à BAE podem fazê-lo a qualquer momento por meio do próprio site da estratégia.

Mais informações buscaativaescolar.org.br

¹ A adesão é feita de acordo com os ciclos das gestões municipais e estaduais. Sempre que há novo pleito é necessário que prefeitos(as) e governadores(as) façam a readesão. O valor de mais de 3,500 municípios participantes se refere ao ciclo municipal 2021-2024 e a adesão de 21 estados ao ciclo de 2023-2026.



CAPÍTULO 4

PÉ-DE-MEIA

Programa federal de promoção da permanência e conclusão escolar de estudantes matriculados no ensino médio público, por meio de incentivo financeiro-educacional.

Os pagamentos do Pé-de-Meia começaram a ser realizados no início de 2024 para adolescentes e jovens de famílias com renda até $\frac{1}{4}$ do salário mínimo inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico).

Atualmente o Pé-de-Meia atende todos os estudantes de 14 a 24 anos matriculados no ensino médio, incluindo a Educação de Jovens e Adultos, que estão inscritos no CadÚnico com renda familiar per capita de até $\frac{1}{2}$ salário mínimo. São quase 4 milhões de beneficiados.

Mas cada estudante também precisa fazer a sua parte: se matricular no início do ano letivo, ter frequência de 80% ou mais nas aulas, ser aprovado(a) e, ao final do terceiro ano do ensino médio, participar dos dois dias de provas do Enem. Espera-se, com essa medida, fomentar a permanência e a conclusão do ensino médio e o ingresso na universidade.

Em 2024, primeiro ano da implantação do Pé-de-Meia, 94% dos(as) alunos(as) das redes públicas que estavam concluindo o ensino médio se inscreveram no Enem. No ano anterior essa porcentagem foi de apenas 58%. Em números absolutos a participação de estudantes da escola pública saltou de 1,18 milhão para 1,66, um acréscimo de cerca de 420 mil inscrições no exame.



"Tem pessoas que não compreendem e dizem 'ah, mas vai pagar para o adolescente estudar?' Sim, vamos fazer isso, para que no lugar de estar na rua vendendo picolé, ele esteja na escola, protegido. Se a gente não se esforçar para recrutar todos os adolescentes para a escola, o tráfico vai recrutar desses aí que ficarem de fora".

Jurema Telles – coordenadora operacional da Busca Ativa Escolar na Bahia



CAPÍTULO 5

A BUSCA ATIVA ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO

Parte da sociedade vê com naturalidade um(a) adolescente deixar de estudar para trabalhar, sobretudo se ele(a) é proveniente de família que vive em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Um dos desafios da Busca Ativa Escolar, em especial no ensino médio, é, portanto, ampliar as capacidades dos(as) gestores(as) públicos(as) a uma compreensão mais aprofundada sobre os fenômenos do abandono e da exclusão escolar em sua multidimensionalidade. É igualmente importante atuar para sensibilizar a sociedade a desnaturalizar os dois fenômenos, entendendo-os como uma violação de direitos.

Parceria entre estados e municípios

A Busca Ativa Escolar estadual tem particularidades em relação à realizada em âmbito municipal. É relativamente mais fácil para um município integrar as secretarias e órgãos que fazem parte de sua própria administração – e convidar outras instituições que estão no mesmo território – para promover a ação de busca ativa de forma intersetorial.

Já os estados, para fazer o mesmo no âmbito do ensino médio, identificando os motivos para o risco de abandono e de evasão, dependem de ter uma boa sinergia com os municípios. Afinal, quem vai agir na ponta para atender um caso de violação de direito ou violência que pode levar um(a) estudante do ensino médio da rede estadual a largar os estudos, na maior parte das vezes, será algum equipamento social ligado ao município.

Se o(a) adolescente precisa de algum serviço da assistência social, poderá ser encaminhado, por exemplo, para o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) que fica no município. Se precisa de atendimento médico, poderá ser atendido na Unidade Básica de Saúde (UBS), que também fica sob a responsabilidade da prefeitura, e assim por diante.

As redes estaduais de educação, portanto, precisam saber encaminhar cada caso de modo que ele chegue ao setor responsável na cidade onde cada aluno(a) em risco de abandonar a escola mora. A metodologia social e a plataforma tecnológica da Busca Ativa Escolar promovem essa integração entre estados e municípios.

Por outro lado, a rede estadual também pode contribuir com a Busca Ativa Escolar nos municípios, mobilizando-os para a adesão e a implementação. Muitas vezes, é o município que identifica um(a) estudante fora da escola, elegível para a rede estadual, podendo repassar o caso para a BAE estadual matriculá-lo(a).

Outra situação importante é na transição entre as etapas, sobretudo entre o ensino fundamental – anos finais e o ensino médio, na qual os dados apontam um maior número de estudantes que evadem. Com a Busca Ativa Escolar ocorrendo tanto em nível estadual como municipal, é possível organizar, dentro do regime de colaboração, um fluxo alinhado para garantir a matrícula desses(as) estudantes na entrada no ensino médio.

Mais uma forma importante de apoio do estado aos municípios é na capacitação das equipes municipais, visando um trabalho integrado ou mesmo o repasse de recursos financeiros para o desenvolvimento de programas e ações necessárias em cada território, de acordo com suas especificidades.

Bolsa Família, Pé-de-Meia e programas estaduais

Os programas de transferência de renda – como o Bolsa Família e o Pé-de-Meia – permitem, em parte, garantir a frequência escolar de crianças e adolescentes.

Ter um programa estadual voltado para estudantes do ensino médio paralelo aos programas de transferência de renda federais faz somar os valores recebidos pelas famílias mais pobres e tende a melhorar os resultados alcançados na educação.

O Insper publicou, em 2023, uma nota técnica baseada em análise de diferentes pesquisas e resultados de experiências e concluiu que os programas de transferência de renda para alunos(as) do ensino médio ajudam a reduzir a taxa de evasão escolar. O impacto, que varia de acordo com o formato de cada programa, pode chegar a 7 pontos percentuais.

Programas estaduais de transferência de renda

Os estados da Bahia, Tocantins e Alagoas, por exemplo, já têm programas próprios de pagamento de bolsa-permanência para estudantes matriculados no ensino médio.

Cartão Escola Nota 10 – é um programa do governo de Alagoas que oferece bolsa de R\$ 100 reais para todos(as) estudantes do ensino médio

regular e EJA e de R\$ 150 para matriculados no ensino médio integral que tiverem frequência acima de 90% ou mais e que sejam de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família. Os concluintes do ensino médio recebem bonificação de R\$ 2 mil.

Presente, Profe – é um programa do governo de Tocantins que oferece bolsa mensal de R\$100 – e bonificação de R\$ 1 mil anual, após aprovação – para estudantes do nono ano do ensino fundamental e do ensino médio integral que tiverem frequência acima de 80% e média 7 ou mais em todas as disciplinas.

Bolsa Presença – é um programa do estado da Bahia que oferece bolsa de R\$150 reais por família com crianças e adolescentes matriculados em escolas estaduais (com acréscimo de R\$50 por estudante, a partir do segundo filho) e que estejam inscritos no CadÚnico.



DIRETO NA MÃOS DO(A) ESTUDANTE

“O cartão Escola Nota 10 vem no nome da mãe ou responsável pelo estudante. Isso porque quando o programa foi criado ainda não era possível tecnicamente, pela Caixa Econômica Federal, a gente fazer o pagamento direto para os adolescentes menores de 18 anos.

Agora, com o exemplo do Pé-de-Meia, já estamos avaliando, futuramente, reorganizar o nosso programa para que o dinheiro chegue direto na mão do estudante também. Não tivemos nenhuma reclamação de que os responsáveis não repassem o recurso para os estudantes. Mas o ideal é que eles recebam, porque a bolsa é para o estudante. E vir direto no nome deles vai fazer com que se sintam ainda mais responsáveis e fortalecidos.

Os retornos que nós recebemos são sobre os sonhos que esses jovens estão conseguindo realizar, alguns estão juntando para um dia montar seu próprio negócio, outros pensando mais na profissão que querem seguir.

De 2022 para hoje (2024) nós caímos de 10 mil para 2 mil estudantes fora da sala de aula no ensino médio. É um avanço muito significativo! E o Pé-de-Meia veio para somar. Com os dois programas, e outras ações que nós realizamos, a gente espera alcançar os 100% dos adolescentes na escola”.

Dileusa Costa, ex-coordenadora operacional da Busca Ativa Escolar e ex-superintendente da rede estadual de ensino de Alagoas

Diferenças e semelhanças entre o Pé-de-Meia e o Bolsa Família

BOLSA FAMÍLIA	PÉ-DE-MEIA
Atende famílias com renda per capita de até ¼ do salário mínimo.	Atende estudantes do ensino médio de 14 a 24 anos (regular ou EJA) inscritos no CadÚnico e com renda per capita de até ½ salário mínimo.
<ul style="list-style-type: none"> - Valor mensal mínimo de R\$600 e médio de R\$ 678, 46. - O benefício é variável por causa do acréscimo de R\$ 150 para criança de até 6 anos e gestantes; e de R\$50 para filhos(as) de 7 a 18 anos e mães de bebês até seis meses. 	<ul style="list-style-type: none"> - Total de até R\$ 9,2 mil reais por estudante durante todo o ensino médio. Sendo: <ul style="list-style-type: none"> R\$ 200 reais mensais para estudante do ensino regular e R\$ 225 para os(as) da EJA, durante os 9 meses letivos. + R\$ 200 reais na matrícula no início do ano. + R\$ 1.000 reais por ano, que só poderá ser sacado ao concluir o ensino médio. + R\$ 200 reais pela participação no Enem no último ano do ensino médio.
<ul style="list-style-type: none"> - Crianças e adolescentes devem estar com os seus cartões de vacina atualizados; além de matriculadas na escola e com frequência de 75% ou mais. - E gestantes devem estar com o pré-natal em dia. 	<ul style="list-style-type: none"> - Frequência escolar de 80% ou mais para receber o valor mensal. - Matricular-se no início do ano letivo, para receber mais R\$ 200 reais. - Ser aprovado para receber o depósito de mil reais anual. - Participar do Enem para receber mais R\$ 200 reais.
<ul style="list-style-type: none"> - O cartão do Bolsa Família é no nome do(a) responsável pela família que, na maior parte dos casos, é a mãe. 	<ul style="list-style-type: none"> - A conta digital é aberta no nome do(a) próprio(a) estudante (bastando ao responsável autorizar antes do primeiro uso).



PROGREDIR NA VIDA

“Uma coisa que achei bem interessante no Pé-de-Meia é que a condicionalidade não é 75% como o Bolsa Família (que é o mesmo mínimo exigido pela escola); mas de 80%. E não basta estar na escola, boa parte do benefício é atrelada à progressão e a fazer o Enem. Isso pode ser uma chave para os estudantes entenderem que a escola não é um lugar só para estar, mas um lugar para aprender. A escola é um mecanismo para eles progredirem na vida.

Participo de muitas reuniões nos municípios, com as secretarias de educação, de assistência social, com os conselhos tutelares e as próprias escolas. Em uma escola eu ouvi de uma diretora ‘esse Pé-de-Meia tem sido uma benção porque diminuíram de fato os casos de infrequência’. Pena que não zerou, ainda têm vários alunos de fora, mas a impressão que temos é que já diminuiu bastante e logo teremos os números.”
Elizabeth Vilarim, coordenadora da Busca Ativa Escolar no estado de Rondônia

ARTICULAÇÃO ENTRE OS PROGRAMAS

Os estados adesos à Busca Ativa Escolar podem alinhar a estratégia aos programas de transferência de renda, uma vez que há sinergia entre eles. Enquanto os programas de transferência de renda identificam estudantes em risco de abandono e induzem sua permanência por meio do incentivo financeiro e outras ações, a Busca Ativa Escolar apoia para investigar as causas desse possível abandono e encaminhar os(as) estudantes para os serviços públicos necessários, visando a garantia integral dos seus direitos.

Isso porque sem identificar e tratar as causas, dificilmente será possível garantir sua permanência na escola. A infrequência, muitas vezes, é resultado de uma série de violações e violências que precisam ser endereçadas para garantir que a escola seja um espaço seguro e de aprendizagem. Por ou-

tro lado, ela revela também desafios próprios da educação, que para reter seus(as) estudantes precisa reorientar seu projeto político pedagógico.

A integração da Busca Ativa Escolar a outros programas das secretarias estaduais de educação é importante também para garantir a intrasetorialidade, permitindo que diversas áreas dentro das próprias secretarias trabalhem em diálogo e mantenham essa estrutura junto às suas regionais de ensino e escolas.

Também fomenta que as secretarias de educação se aproximem das demais secretarias estaduais, como saúde, assistência social, trabalho, cultura, juventude, dentre outras, para alinhar programas e ações, de maneira a potencializá-los e garantir um atendimento mais integral para adolescentes e jovens.

É igualmente relevante para aproximar as redes municipais de educação da rede estadual, entendendo que o(a) estudante é um munícipe e que seu atendimento integral depende de um trabalho articulado entre os serviços públicos dos dois entes federados.

Grande parte dos(as) estudantes elegíveis para o Pé-de-Meia, o Bolsa Família, os programas de transferência de renda estaduais e o público beneficiário das ações da Busca Ativa Escolar possuem o mesmo perfil, o que reforça ainda mais a potencialidade da integração. Trata-se de meninas e meninos que vivem em situação de maior vulnerabilidade, cujo acesso e permanência na escola precisa conjugar diversos programas da própria educação, bem como políticas públicas de outras áreas.

Esse é o esforço que vem sendo empreendido pela Busca Ativa Escolar e os estados adesos.

Em cada local, uma forma diferente de funcionar

Tanto a metodologia quanto a plataforma da Busca Ativa Escolar são bastante customizáveis, a partir da estrutura de cada estado ou município. Isso é importante porque a organização interna das secretarias varia bastante de um lugar para outro e de uma gestão para outra, bem como seus organogramas também são diversos, com variadas diretorias, superintendências, gerências, coordenações.

Em alguns estados, as escolas contam com um(a) agente responsável pelas visitas domiciliares da Busca Ativa Escolar, por exemplo, em outros a própria gestão da escola faz esse trabalho porque não existe um profissional designado exclusivamente para isso. Ou seja, a estratégia funciona de forma diferente em cada local.

Essa plasticidade no desenho de implementação garante autonomia e autoria aos estados e municípios.

Recomendações gerais

A experiência consolidada de implementação de cerca de oito anos, somada às práticas vivenciadas pelos municípios e estados participantes, nos permite elencar orientações que podem contribuir para o êxito da Busca Ativa Escolar estadual. A primeira delas é a integração da BAE a outros programas nas secretarias estaduais de educação, como aqueles de transferência de renda. Essa integração não só é possível, como já vem sendo experimentada por muitos estados adesos.

Veja a lista com as principais recomendações:

1. Localização/intrasetorialidade: integrar a Busca Ativa Escolar, o Bolsa Família, o Pé-de-Meia e os programas estaduais de transferência de renda (quando houver) em um mesmo setor, dentro da Secretaria Estadual de Educação, para facilitar o diálogo e o trabalho conjunto.



AGREGAR PARA FORTALECER

“No Espírito Santo a Busca Ativa Escolar fica na Gerência de Políticas de Apoio à Permanência e Busca Ativa Escolar (G-ABAE), que faz parte da subsecretaria de Planejamento e Avaliação. Assim que surgiu o Pé-de-Meia ele veio para a minha gerência e, mais recente, veio também o Bolsa Família, que antes ficava na Gerência de Estatística. Então quando a gente agrega tudo o que é relacionado à permanência do estudante, é possível fortalecer a Busca Ativa Escolar”, comenta Rosângela Vargas, ex-gerente de Políticas de Apoio à Permanência e Busca Ativa Escolar (G-ABAE) da Secretaria Estadual de Educação do Espírito Santo e ex-coordenadora da Busca Ativa Escolar.

2. Cruzamento de base de dados: tanto a Busca Ativa Escolar como os programas de transferência de renda geram dados importantes sobre a situação dos(as) estudantes. Cruzar essas bases permite identificar aqueles(as) em situação de maior vulnerabilidade que precisam ser priorizados para atendimento. É recomendável, ainda, cruzar com outras bases de dados, como CadÚnico, BPC na Escola², levantamentos feitos por outras secretarias, como de saúde, juventude e trabalho. Esses dados permitem análises mais aprofundadas sobre o perfil e a situação dos(as) adolescentes e jovens, contribuindo para intervenções mais efetivas que garantam seu acesso às políticas públicas necessárias, bem como sua permanência na escola.

3. Fluxo de casos: elaborar um fluxo de atendimento dos casos identificados de estudantes em risco de abandono. Aqueles(as) em risco de perder ou que já perderam o benefício financeiro e que foram identificados pelo Pé-de-Meia, o Bolsa Família e os programas estaduais, podem ser inseridos na Busca Ativa Escolar, a fim de que as causas sejam levantadas e ele(a) siga acompanhado pela educação e, se necessário, por outras políticas públicas. Da mesma forma, a equipe da Busca Ativa Escolar no estado pode identificar um(a) estudante em situação de vulnerabilidade e encaminhar o caso para que ele(a) e/ou sua família sejam inscritos nos programas de transferência de renda.

² *BPC na Escola* é o programa que acompanha a inclusão escolar de estudantes beneficiários(as) do BPC (Benefício de Prestação Continuada). Se um(a) adolescente com deficiência, estudante do ensino médio na rede estadual, estiver em risco de abandono ou evasão escolar, será preciso acionar o CRAS do município para verificar se ele(a) tem direito ao BPC. Já a adesão ao *BPC na Escola* é feita pelo(a) prefeito(a) e o gestor(a) municipal da Assistência Social. Em caso de abandono ou evasão a Secretaria de Educação, seja municipal ou estadual, precisará se articular com Assistência Social e esse(a) estudante com deficiência poderá entrar, por exemplo, no fluxo de atendimento da Busca Ativa Escolar para ter seus direitos garantidos, bem como sua permanência na escola.



ILHA DE SINTONIA

Em Rondônia, trabalham juntas na mesma “ilha” – uma mesa dividida em quatro baias – as responsáveis pelo Busca Ativa Escolar, o Bolsa Família, o Pé-de-Meia e o Diário Eletrônico³. Juntas elas formam a Coordenação de Acompanhamento e Informação Educacional. “A gente troca informações o tempo inteiro. Até porque um aluno que aparece ali como não localizado no Bolsa Família, muitas vezes tem que estar na Busca Ativa”, comenta Elizabeth Vilarim, coordenadora da Busca Ativa Escolar no estado.

“Temos uma sintonia muito boa. Essa ajuda mútua agiliza a resolução dos problemas que surgem em cada programa. Nós viajamos juntas realizando reuniões formativas com gestores, secretários, orientadores escolares, profissionais da saúde, da assistência social, dos conselhos tutelares, conselhos municipais de educação, conselhos municipais dos direitos da criança e do adolescente”, lista Elizabeth, que comenta ainda que várias dessas viagens acontecem em parceria com o Ministério Público ou com o Tribunal de Contas.

4.Relação com escolas e regionais de ensino: orientar e acompanhar a integração da Busca Ativa Escolar e dos programas de transferência de renda na prática. Para isso as regionais de ensino e as escolas precisam conhecer o desenho de integração, o fluxo de casos e as formas de encaminhamentos definidas pela Secretaria Estadual de Educação. É importante, ainda, um trabalho de sensibilização e de mobilização continuados junto às escolas para que priorizem o enfrentamento do abandono e da exclusão escolar. O monitoramento da frequência precisa ser compreendido não como um instrumento burocrático, mas de inclusão educacional.

³ O Diário Eletrônico – implantado pela secretaria estadual de Rondônia – é um controle informatizado de frequência e notas que pode ser consultado, com senha, por estudantes e seus pais ou responsáveis.

5. Intersectorialidade e Comitê Gestor: para garantir a identificação das causas do risco de abandono e o encaminhamento dos(as) estudantes para os órgãos da rede de proteção é imprescindível um trabalho inter-setorial. O Comitê Gestor da Busca Ativa Escolar é a instância onde essa articulação é materializada (e o fluxo de casos, relatado anteriormente, é o instrumento dessa integração). Nesse sentido, é recomendável que o Comitê da BAE insira como membros os(as) responsáveis pelos programas de transferência de renda geridos pela Secretaria Estadual de Educação e/ou em parceria com outras secretarias.



COMITÊ GESTOR INTERSETORIAL

A metodologia da Busca Ativa Escolar orienta a criação de um Comitê Gestor Intersetorial que reúna os(as) representantes das secretarias e instituições envolvidas com a garantia de direitos de crianças e adolescentes, em especial o direito de acesso e de permanência na escola.

O Comitê, nos estados, é um órgão de apoio, cabendo a seus membros monitorar e avaliar a implementação, discutir grupos de causas e casos mais complexos para os devidos encaminhamentos da rede de proteção e mobilizar os municípios para também aderirem e implementarem a BAE.

Educação coordena

A coordenação é exercida pela Secretaria da Educação e na estrutura mais básica fazem parte as secretarias de saúde e de assistência social. Outras secretarias que sejam pertinentes – por exemplo, trabalho, esporte e lazer, cultura, juventude – também devem ser convidadas a integrar o Comitê Intersetorial da BAE.

Judiciário, Sistema de Justiça e Conselhos

Outros órgãos do Judiciário, Sistema de Justiça e Conselhos, também são importantes, como o Ministério Público, a Defensoria Pública, o Tribunal de Contas, o Conselho Estadual de Educação e o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente. Em estados com grande presença de escolas indígenas, a FUNAI (Fundação Nacional dos Povos Indígenas) também pode contribuir com a Busca Ativa Escolar.

O Comitê Intersetorial pode apoiar na integração da BAE com o Pé-de-Meia, o Bolsa Família e outros programas estaduais de transferência de renda. No caso do Bolsa Família, ele já é gerido entre Educação e Assistência Social, o que pode fortalecer ainda mais esse diálogo.

Ele também pode apoiar na resolução de casos mais complexos de estudantes beneficiários dos programas de transferência de renda e inseridos no fluxo da Busca Ativa Escolar. Isso facilitará a identificação das causas da infrequência escolar e os encaminhamentos necessários para a permanência na escola, bem como para a garantia de outros direitos.

6.Regime de colaboração / articulação com os municípios: para garantir a permanência na escola com proteção integral é necessário que o arranjo de colaboração entre estado e municípios esteja fortalecido. A Busca Ativa Escolar identifica e atende meninas e meninos que já estão ou poderiam ser inseridos nos programas de transferência de renda, devido ao seu perfil de maior vulnerabilidade. É preciso ainda ter em conta que todo(a) adolescente é munícipe e que os dois entes federados possuem responsabilidades compartilhadas no atendimento do seu direito educacional e nos demais direitos.



REGIME DE COLABORAÇÃO

“No edital para o fomento do regime de colaboração, a gente coloca como critério o município estar adeso à Busca Ativa Escolar e realizando a busca ativa. Eu tenho contato direto com o regime de colaboração, que faz a articulação com os municípios (área dentro da estrutura da secretaria de educação responsável por essa agenda). E a gente manda pauta todo mês de busca ativa escolar para as agendas do regime de colaboração”, explica Rosângela Vargas, ex-gerente de Políticas de Apoio à Permanência da Secretaria Estadual de Educação do Espírito Santo e ex-coordenadora operacional da BAE no estado. No início de 2025, com a entrada de novos(as) prefeitos(as), a secretaria fez uma grande mobilização junto aos municípios, resultando que todos os 78 readerissem à estratégia.

7. Análise de dados para tomada de decisões: os fenômenos do abandono e da exclusão escolar precisam ser compreendidos dentro da sua complexidade para que as políticas sejam melhor implementadas. A plataforma da Busca Ativa Escolar registra os motivos de abandono e de exclusão escolar identificados pelos municípios e estados e faz a gestão dos casos. Todos os dados são sistematizados, permitindo análises mais acuradas sobre como esses fenômenos ocorrem em cada realidade. As informações obtidas auxiliam a avaliação e a tomada de decisões sobre a própria Busca Ativa Escolar, como também das políticas e programas públicos, a exemplo dos programas de transferência de renda.

CONTAS DE MEMÓRIA

RATURA
FANTIL

CONTAS DE MEMÓRIA

TURA
VENIL

RA
NIL

© UNICEF/BRZ/ManoelAlvares



CAPÍTULO 6



INTEGRAÇÃO E FORTALECIMENTO MÚTUO

Ainda que o Brasil tenha avançado, ao longo dos anos, no acesso à escola, os dados retratados nessa publicação mostram que muitos desafios ainda permanecem. A privação do direito à educação, seja pela falta de acesso, pelo risco de abandono ou pela exclusão escolar acomete, sobretudo, as crianças, adolescentes e jovens em situação de maior vulnerabilidade. Portanto, é urgente priorizar as políticas de acesso e de permanência, aliadas às de aprendizagem com qualidade e equidade.

A Busca Ativa Escolar atua, desde 2017, para apoiar o país nessa agenda, a fim de que o Estado cumpra com as prerrogativas nacionais e internacionais, como a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a Convenção dos Direitos das Crianças, dentre outras.

Trata-se de uma estratégia experimentada, avaliada e presente em grande parte do território nacional e que tem o potencial de ser implementada como política pública ou integrada a programas públicos de acesso e de permanência na escola, bem como outros programas de garantia de direitos de meninas e meninos.

Os programas de transferência de renda, como Pé-de-Meia, Bolsa Família e programas estaduais com a mesma finalidade, são relevantes para garantir recursos financeiros a estudantes e/ou famílias como uma das estratégias de permanência na escola. Porém, só o recurso não é suficiente, sendo necessário uma compreensão mais acurada das causas que levam ao abandono e à exclusão escolar e as medidas necessárias para mitigar esses fenômenos.

Diversas formas de violência e supressão de direitos podem ser parte da realidade de cada menina e menino que está fora da escola ou em risco de abandoná-la. Mas essas causas muitas vezes são ocultadas por justificativas como “precisava trabalhar” ou “não tinha interesse em estudar”. A Busca Ativa Escolar tem na identificação e no encaminhamento das reais causas do abandono e/ou da exclusão escolar a sua centralidade.

As múltiplas causas para o abandono e a exclusão escolar quase sempre se conectam com a pobreza econômica. A falta de recursos financeiros costuma acarretar, por exemplo, ter que morar em regiões de difícil acesso – inclusive para se deslocar até a escola.

Portanto, é coerente que a Busca Ativa Escolar seja alinhada aos programas de transferência de renda, apoiando para um fortalecimento mútuo, potencializando as ações e, acima de tudo, garantindo de forma mais ampla os direitos de crianças, adolescentes e jovens.

Alguns estados adesos à Busca Ativa Escolar começaram a fazer essa integração e, aos poucos, vivenciam os potenciais do trabalho intra e intersecretaria e do alinhamento entre programas de acesso e de permanência.

O convite é para a ampliação dessa integração junto a todos os estados adesos à BAE. Acreditamos que as orientações contidas nesse guia podem facilitar essa jornada, até mesmo porque o documento é resultado de escutas e de diálogos com as equipes da estratégia nos estados, com a Undime, o Consed (Conselho Nacional de Secretários de Educação) e com o governo federal.

Esperamos que a Busca Ativa Escolar possa, cada vez mais, ser uma aliada da gestão pública na garantia do acesso e da permanência. Afinal, Fora da Escola, Não Pode! Toda criança, adolescente e jovem tem o direito de aprender!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PnadC) 2023: Educação, Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102068>

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). *Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB 2023*. Publicado em 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb>

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). *Censo Escolar da Educação Básica 2023: notas estatísticas*. Publicado em 2024. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.14135/1241>

ITAÚ EDUCAÇÃO E TRABALHO; FUNDAÇÃO ROBERTO MARINHO. *Juventudes Fora da Escola*. São Paulo, 2024. Disponível em: <https://www.frm.org.br/conteudo/educacao-basica/publicacao/pesquisa-juventudes-fora-da-escola>.

UNICEF Brasil; UNDIME. *Busca Ativa Escolar e o trabalho em rede, 2022*. Disponível em: <https://buscaativaescolar.org.br/materiais/busca-ativa-escolar-e-o-trabalho-em-rede>.

UNICEF Brasil. *Pobreza Multidimensional na Infância e Adolescência no Brasil – 2017 a 2023*. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/32741/file/relatorio-pobreza-multidimensional-infantil.pdf>

UNICEF Brasil; CENPEC EDUCAÇÃO. *Cenário da Exclusão Escolar no Brasil: um alerta sobre os impactos da pandemia da COVID-19 na Educação*. Brasília, 2021. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/14026/file/cenario-da-exclusao-escolar-no-brasil.pdf>

BUSCA ATIVA ESCOLAR

Parceiros estratégicos



Iniciativa

